



Ciência e meio ambiente:  
urgências para o ensino  
de jornalismo

22º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo  
e IV Congresso de Jornalismo da Amazônia

De 25 a 28 de Abril de 2023

local: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Manaus/AM



## RELATO DE EXPERIÊNCIA

### ESTA DEMOCRACIA É NOSSA: AS ELEIÇÕES 2022 NO TOCANTINS

**Paulo Victor Gualberto. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista na Agência Public.**

**(Professora Dra. Maria de Fatima de Albuquerque Caracristi. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e professora Associada do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) (orientadora))**

#### RESUMO

Devido aos crescentes ataques às instituições democráticas do Brasil e à legitimidade da apuração das urnas eletrônicas, o presente trabalho tem como abordagem retratar o exercício da democracia no dia das Eleições. A inexistência de uma reportagem a respeito do planejamento das eleições no estado do Tocantins e de quem se dedica para a realização dela, viabilizou a elaboração prática do produto, ou seja, pouco ou nada sobre o tema é retratado de forma aprofundada pela mídia local a ponto de contribuir para o fortalecimento da democracia no estado. Há uma significativa carência de reportagens multimídia nos veículos de comunicação na região. O produto visa trazer ao público tocantinense uma nova maneira de ler as reportagens jornalísticas. De que forma? Mostrando a labuta de diversas pessoas que estão envolvidas diretamente ou indiretamente com as Eleições 2022. A reportagem multimídia foi o formato designado para melhor retratar o tema escolhido pelo discente.

#### PALAVRAS-CHAVE

Reportagem multimídia. Eleições. Democracia. Tocantins. Instituições.

#### 1. INTRODUÇÃO

Estado que é identificado como um dos maiores do Brasil no ranking do agronegócio, segundo dados recentes divulgados pela Secretaria de Comunicação do Governo do Tocantins, que registrou 18,8 bilhões do valor de produção agropecuária no ano de 2021, o Tocantins se consolida como o terceiro estado com maior índice de produtividade na região norte. Um crescimento nos últimos 10 anos de 229,5%.

Os dados não são suficientes para que possamos afirmar que o Tocantins segue em pleno desenvolvimento. Dados do PNAD Contínua informa que “menos de 20% dos domicílios possuem coleta de esgoto, sendo um dos menores índices da Região Norte”. A mortalidade infantil é de 25,6 a cada mil nascidos vivos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,756, ocupa a 15ª posição entre os estados brasileiros.

O Tocantins é um estado adulto com os seus 33 anos, entretanto, ainda é o mais novo estado da federação; tem a capital mais jovem do país, além de possuir também o TRE mais novo do Brasil.

Se a pouca idade condiciona à inexperiência, neste caso específico, a Justiça Eleitoral tocantinense conseguiu nos últimos anos desenvolver um serviço sênior, atraindo a atenção dos institutos e da população em geral graças aos projetos de inovação, inclusão e ao planejamento de um dos pleitos eleitorais mais complicados da história do Brasil, as eleições do ano de 2022.

Com mais de 30 anos de história, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) foi instalado em sessão solene, no ano de 1989, o mesmo ano em que foram realizadas as primeiras eleições presidenciais diretas após o fim da Ditadura Militar. Uma coincidência histórica que o diferencia dos outros TRE do país.

Cronologicamente, o Tocantins se desmembrou de Goiás, na condição de território atrasado e responsável pela inércia econômica do Estado goiano. O povo, então, se reconhecendo como tocantinense, teve o primeiro contato com a democracia após 21 anos de um regime que impediu o brasileiro de exercer o direito ao voto direto e, ao mesmo tempo, de exercer este direito no solo que ocupou como seu.

O distanciamento identitário dos habitantes que ocupavam o norte de Goiás, e que se tornou Tocantins, pode ser compreendido no trecho do discurso proferido pelo governador do estado de Goiás, Henrique Santillo, num artigo publicado na seção de opinião do jornal Folha de S. Paulo, datado de 12 de julho de 1988.

Um forte tom de preconceito se evidencia em cada palavra proferida por Santillo, sem medo de expor as diferenças raciais atávicas que consolidam a miscigenação e a permanência e socialidade de negros e indígenas, que ocuparam o nordeste e o norte do Brasil. O governador reconhecia que cabia ao sul do Brasil o dinamismo econômico.

Não é à toa que no brasão do Tocantins está escrito, em tupi-guarani, “CO YVY ORE RETAMA”, que significa: Esta Terra é Nossa. Da conquista da terra e do direito ao voto, a luta atual da população tocantinense superou a fase embrionária, mas a defesa das instituições democráticas e da urna eletrônica foram emblemáticas para o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

A legitimação do amadurecimento social da população e da instituição, o TRE-TO, que se pretende eficaz e forte, como se obedecesse a prerrogativa exigida pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 16) – Paz, Justiça e Instituições Fortes foram testadas no pleito de 2022.

As eleições desse ano foram um desafio para a organização do Tribunal, pois foi um pleito onde abundou a ausência de todos esses requisitos: ausência de paz social e individual, sem estabilidade, grandes ameaças aos direitos humanos e governança efetiva com base no Estado de Direito, ou seja, zero chance para atingir-se as metas da ODS e menos chance de êxito para o Tribunal.

Contradizendo as expectativas, o Tocantins tem conseguido driblar o retrocesso que historicamente lhe arremessa para o discurso contaminado ainda pelo preconceito. Burlou as estatísticas que previa a pujança do agronegócio na condução da escolha do presidente da república que representasse este grupo de poder e deu a maioria dos votos para o presidente eleito de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva.

A participação eleitoral é algo que vem crescendo eleição após eleição no estado. Em 1989, o eleitorado foi de 464.060. Na penúltima eleição geral, em 2018, era de 1.039.439 eleitores. Finalmente, em 2022, esse número é 1.094.003, um aumento de 5,25%.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 O planejamento**

Engana-se quem pensa que a Justiça Eleitoral só trabalha em ano eleitoral. Segundo José Paiva, assessor de gestão da qualidade do tribunal, o planejamento das eleições começa sempre um ano antes, em função de um orçamento disponível.

Ou seja, a preparação das Eleições 2022 iniciou-se em fevereiro de 2021, com o lançamento de uma plataforma tecnológica interna que agregou 20 processos, intitulada “Gestão do Processo Eleitoral no Estado do Tocantins”, onde cada área ficou encarregada de uma função.

Em março e abril de 2021 ocorreu o plano de ação. Nessa fase, os responsáveis pelos 20 processos sentaram e elaboraram o planejamento para a Eleições Gerais. Segundo Paiva, em maio e junho foi realizada o que os servidores chamam de oficinas.

“Na prática, as pessoas que atuam no planejamento utilizam todas as informações prévias que foram coletadas ao longo do processo anterior [a eleição de 2020], como, por exemplo, pesquisa de satisfação; o que funcionou, o que não funcionou; o que tem e vai continuar e o que precisa melhorar. Em todo esse processo é utilizado o ciclo PDCA, que atende um dos princípios da gestão da qualidade que é a melhoria”, explica o assessor.

Após firmado o planejamento, ele é encaminhado para a alta direção do TRE que também faz a sua avaliação. Com a alta direção aprovando, é enviado para o presidente do tribunal homologar. “Nós fazemos todo esse trabalho para o presidente e dissemos ‘olha, esse aqui é o planejamento para 2022’. Ano passado [2021] essa homologação ocorreu em 10 de outubro”, disse Paiva.

Fechado em outubro de 2021 o planejamento, chega o momento da execução, que se iniciou em fevereiro deste ano e durou até o segundo turno, no final de outubro. Conforme disse o assessor, em março de 2023 ocorrerá a avaliação com base em tudo que foi acolhido ao longo do ciclo de 2021/22; os responsáveis analisarão o que tem de melhorar e aí inicia-se o planejamento para as eleições municipais de 2024.

Ainda que a urna eletrônica seja a protagonista das eleições, grande parte do crédito que ocorre no processo eleitoral é graças a três pilares: a tecnologia, as pessoas e os processos. Quem conta detalhadamente isso é Valdenir Borges Júnior, secretário de tecnologia da informação do TRE-TO.

Segundo o secretário, no passado ocorriam muitas fraudes nas eleições devido a interferência humana. Por isso, em 1996, todo o processo eleitoral foi reestruturado. E aí não entrou apenas a urna eletrônica, pois a legislação eleitoral também foi alterada assim como o papel desempenhado pelas pessoas. A tecnologia, então, ofereceu um suporte para trazer automação desde o voto do eleitor até a totalização.

Conforme explicado por ele, as urnas eletrônicas do Tocantins ficam armazenadas em uma central, mas não permanecem paradas o tempo todo. Elas

passam por quatro ciclos de manutenção preventiva ao longo de dois anos antes de qualquer eleição, seja ela municipal ou geral.

“Essa urna é tirada da caixa, colocada em uma bancada, carregada a bateria e aí é feito um ciclo de exercitação em testes. Se apresentar defeitos, a urna é passada para uma manutenção corretiva. Ela passa por esses ciclos constantes a cada três meses até chegar no período eleitoral, onde são distribuídas nos cartórios. O último ciclo de testes exaustivos é feito justamente no cartório eleitoral”, explica.

Valdenir ainda cita que, na semana que antecede as eleições, as urnas recebem os sistemas oficiais que serão utilizados no pleito. São colocadas nelas esses sistemas lacrados e os dados dos eleitores e dos candidatos.

Outros protagonistas das eleições são os mesários e os auxiliares eleitorais, principalmente no Tocantins devido, em setembro deste ano, ser sancionada a lei tocaninense de nº 4.000 que estabelece isenção de pagamento em inscrições de concursos públicos estaduais para pessoas que prestarem serviço eleitoral.

A conquista desse benefício surgiu a partir da criação de uma comissão, ocorrida no final de 2020 após as eleições municipais daquele ano, conforme explicado por Kathiene Pimentel, coordenadora da comissão gestora de mesário no Tocantins.

“Com a criação dessa comissão com representantes de diversas unidades do tribunal envolvidos com o tema mesários surgiu, a partir dela, a divisão de tarefas. E nós queríamos muito novos benefícios e incentivos para que as pessoas se tornassem mesárias voluntárias”, disse ela.

“Então, uma conquista foi termos buscado e conseguido um projeto de lei que dá isenção em taxa de concurso público estadual; outra pessoa da comissão foi em busca de parcerias com mais faculdades, em firmar convênios. Com essa divisão de tarefas tivemos um trabalho mais harmônico. Várias pessoas fazendo diversas atividades para uma única finalidade”, relata contente Kathiene.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2016, Brasil e Estados Unidos tiveram algo em comum (ou incomum): o enquadramento de ambos os países na agenda neoliberal. Com a vitória de Donald Trump nas eleições estadunidenses daquele ano e a democracia brasileira entrando em

vertigem, ocasionando, assim, um rompimento da normalidade institucional, a extrema-direita avançou e duas palavras ganharam notoriedade em todo o mundo, as chamadas *fake news*.

Contudo, esse não seria o melhor termo para designar uma notícia falsa. Segundo especialistas, a melhor palavra é desinformação. É o que diz Glês Nascimento, jornalista que teve como objeto de estudo em seu mestrado a desinformação ocorrida nas Eleições 2018.

“Eu gosto mais do termo desinformação como tudo o que não é notícia, tudo aquilo que não é informação; aquilo que tem a capacidade de enganar, seja em forma leve de sátira, até aquilo que é propositalmente feita com a intenção de prejudicar alguém ou de levar um eleitor a uma determinada situação”, explica. “Informação é aquilo que, baseado em um fato, informa e ajuda a pessoa a tomar a decisão. E a desinformação, ao fazer esse papel contrário, faz com que você tome decisões com base no que não é fato. E isso é muito prejudicial, tanto individualmente, e, principalmente, enquanto sociedade.”

Segundo Paula Bittencourt, assessora de comunicação do TRE-TO, a Justiça Eleitoral, como um todo, foi pega de surpresa com a explosão da desinformação em 2018. Em meio a isso, em 2019, foi criado um programa nacional de enfrentamento à desinformação, incluindo o TSE e todos os tribunais regionais e cartórios eleitorais do país. O objetivo do programa foi voltado as eleições de 2020.

“Em 2021 foi criada a comissão permanente do tribunal [TRE-TO], uma comissão de enfrentamento a desinformação presidida pela Doutora Ana Paula Brandão Brasil e a qual eu sou a secretária. Essa comissão é composta de várias pessoas do tribunal para dar esse suporte de informações e checagens. Então nessa eleição de 2022, por mais que tenha um número maior de desinformação, a Justiça Eleitoral está mais preparada”, relata. “Nesse sentido, tivemos que nos abrir, ampliar mais o diálogo. Fomos para as redes sociais, conversar mais com os eleitores, não sendo uma via de mão única, mas, sim, uma via de mão dupla.”

Se o Tocantins ainda não é um estado em pleno desenvolvimento, mesmo passados os 33 anos de lutas sociais com a participação de imigrantes nordestinos, quilombolas, indígenas e povos tradicionais que habitavam o norte do Goiás, podemos

dizer que o Estado exerce um magnetismo que transcende uma esfera histórica, política e social porque, além de excluídos do sistema capitalista, esses personagens vão pouco a pouco se tornando protagonistas sociais, ao mesmo tempo que alteram a paisagem colonizadora que sempre empoderou o branco, o rico, o sulista nos pontos estratégicos de poder.

O trabalho desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins reflete a mudança de perspectiva e engajamento político e administrativo da gestão da instituição. A experiência democrática vivenciada era o objetivo primordial neste pleito eleitoral porque estava ameaçada pela tendência da extrema-direita que, historicamente, atacou o Estado de Direito no Brasil.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO JUNIOR, Rone Fabio; MARQUES, Fabrício Carareto Barciela. **A narrativa longform no jornalismo brasileiro**. 10º Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Curitiba, p. 1-17, nov. 2020.

FIDELIS, Kelly Decanini. **Jornalismo longform: uma análise das narrativas do site BBC Brasil sobre o BRICS**. P. 16-25. 2018.

GOMES, Nicole de Santana. **O LongForm como alternativa ao Microconteúdo na produção de materiais didáticos para m-learning**, 2018.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LONGHI, R. R. **O turning point da grande reportagem multimídia**. Revista FAMECOS, v. 21, n. 3, p. 897-917, 3 fev. 2015.

MARQUES, C. L. **Reportagem multimídia memorialística em estudo sobre o jornalismo e a memória no ambiente digital**. Dissertação apresentada à banca do Programa de Pósgraduação stricto sensu em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

>[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial\\_CarolinaLopesMarques\\_18957\\_<](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial_CarolinaLopesMarques_18957_<)

RENÓ, D.; RENÓ, L. **Las nuevas redacciones, el “Big Data” y los medios sociales como fuentes de noticias. in: Estudios sobre el mensaje periodístico.** Vol 1, nº Especial, pp. 131- 142, Dezembro, 2015

SILVA, Edna de Mello; ROCHA, Liana Vidigal; REIS, Lys Apolinário; SOUSA, Sarah Melisa Barros de. **Os Formatos Multimídia na Cobertura do Novo Coronavírus.** In: GADINI, Hebe Maria Gonçalves de Oliveira e Sergio (org.). **Jornalismo em tempos da pandemia do novo coronavírus.** Aveiro, Portugal: Ria Editorial, 2020. p. 347-372.

VALIATI, Vanessa Amália Dalpizol; FUNCK, Nadine Laís; BREDÁ, Letícia Prior. **Longform e Jornalismo: uma análise de grandes reportagens na revista piauí.** Comunicologia: Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília, v. 14, n. 1, Jan. /Jun. 2021.